



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO - FDD
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

DANIELA MARTINS LOPES

**Coreia do Sul e a cooperação internacional para o
desenvolvimento: de beneficiário a doador no sistema
internacional**

Brasília
2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO - FDD
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Coreia do Sul e a cooperação internacional para o desenvolvimento: de beneficiário a doador no sistema internacional

Daniela Martins Lopes

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos

Monografia apresentada a Faculdade de Direito para obtenção do grau de Bacharela em Direito.

Brasília
2018

DANIELA MARTINS LOPES

**Coreia do Sul e a cooperação internacional
para o desenvolvimento: de beneficiário a
doador no sistema internacional**

Monografia apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharela em Direito, sob a orientação do
Professor Rodrigo Pires de Campos.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Rodrigo Pires de Campos (Orientador)

Prof^o. Antônio de Moura Borges (Membro)

Prof^a Danielly Silva Ramos Becard (Membro)

Brasília
2018

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Patrícia e ao meu pai Régis por todo amor, dedicação e investimento em minha educação.

À minha avó Anísia, por ser sempre minha maior inspiração.

Às minhas queridas irmãs Júlia e Roberta, por toda a amizade e companheirismo.

À minha tia Raquel por sempre me apoiar e acreditar nos meus sonhos.

Ao meu Professor Orientador Rodrigo, pela direção e apontamento dos melhores caminhos a serem seguidos na finalização deste trabalho.

Por fim, a todos que fizeram parte dessa jornada de aprendizagem, que, com certeza, só está começando.

천리길도 한걸음부터 시작한다

Mesmo a mais longa das jornadas começa com um primeiro passo

Provérbio coreano

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo explorar o caso da Coreia do Sul em sua mudança do status de beneficiária para doadora de assistência oficial no sistema internacional em um curto espaço de tempo após ser palco de uma guerra que causou caos político, econômico e social em seu território. Para isso, foi realizado um levantamento de dados históricos e numéricos da relação causal entre a quantidade e modalidade da assistência internacional recebida e a forma de gestão na alocação dessa assistência e a evolução relativamente rápida do país frente à Assistência Oficial ao Desenvolvimento, tendo como recorte temporal o cenário do pós-guerra da Coreia e os anos seguintes.

Palavras-chave: cooperação internacional, desenvolvimento, assistência internacional, Coreia do Sul.

ABSTRACT

The main objective of this work is to evaluate the success history of South Korea, which has evolved from the status of beneficiary to donor in the international system in a short time after being immersed in a war that caused political, economic and social chaos in its territory. For this, historical and numerical data is used to explain the causal relationship between the quantity and type of international assistance received and the form of management in the allocation of this assistance and the relatively rapid evolution of the country from the status of beneficiary to donor of Official Development Assistance, taking as a time-cut the post-Korean War scenario and the following years.

Key words: international cooperation, development, international assistance, South Korea.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
BAD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAD	Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
CEB	Combined Economic Board
CIDC	Comission on International Cooperation Development
CRIK	Civil Relief In Korea
ECA	Economic Cooperation Administration
EDCF	Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
EPB	Economic Planning Board
EROA	Economic Rehabilitation in Occupied Area
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FP	Fluxos Privados
GARIOA	Government Appropriations for Relief in Occupied Area
IDEP	Programa de Intercâmbio de Desenvolvimento Internacional
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
KDI	Korean Development Institute
KOICA	Agência de Cooperação Internacional da Coreia
MOFAT	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio da Coreia do Sul
MOSF	Ministério de Estratégia e Finanças da Coreia do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEC	Office of the Economic Coordinator
OECF	Overseas Economic Cooperation Fund
OFLC	Office of the Foreign Liquidation Commissioner
OFO	Outros Fluxos Oficiais
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RNB	Rendimento Nacional Bruto
RPDC	República Democrática da Coreia
UNC	United Nations Command
UNKRA	United Nations Korean Reconstruction Agency
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - Histórico da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na Coreia do Sul	12
CAPÍTULO 2 - A mudança do perfil da Coreia do Sul na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: de beneficiário a doador.	26
2.1 - COREIA DO SUL COMO BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO.....	26
2.2 - COREIA DO SUL COMO DOADORA DA ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

Desde a libertação da península coreana da Regência Colonial Japonesa em 1945 e da subsequente Guerra da Coreia, ocorrida entre os anos de 1950 e 1953, a Coreia do Sul recebeu ajuda e assistência da comunidade internacional por um período de 50 anos.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), existem três tipos de assistência internacional: (1) Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), (2) Outros Fluxos Oficiais (OFO); e (3) Fluxos Privados (FP), incluindo ajuda de Organizações Não Governamentais (ONGs).

A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) é o mais importante tipo de assistência internacional para auxiliar na análise de como ocorreu o processo de desenvolvimento da nação coreana e sua evolução no sistema internacional, tornando-se membro doador do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento em um curto período de tempo após o armistício da guerra que levou a um caos político, econômico e social em seu território.

A AOD é definida pelo CAD da OCDE como uma ajuda governamental que promove e visa especificamente ao desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento. O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) adotou a AOD como o modelo padrão da ajuda externa em 1969 e continua a ser a principal fonte de financiamento para a ajuda ao desenvolvimento. Nos últimos anos, diversas são as modalidades, setores e instrumentos de ajuda no CAD da OCDE. Segundo a OCDE, define-se a AOD como:

ASSISTENCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD)

Subvenções ou empréstimos a países e territórios na Lista do DAC de Destinatários da AOD (países em desenvolvimento) e a agências multilaterais que são: (a) realizadas pelo setor oficial; (b) com a promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar como objetivo principal; (c) em condições financeiras concessionais (se for um empréstimo, com um elemento de subvenção de pelo menos 25%). Além dos fluxos financeiros, a cooperação técnica é incluída na ajuda. Subsídios, empréstimos e créditos para fins militares são excluídos. Transferência de

pagamentos a particulares (por exemplo, pensões, reparações ou pagamentos de seguros) não são, em geral, contados. (Tradução livre)

Em novembro de 2009, a Coreia do Sul, aderiu ao Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Graças ao seu rápido desenvolvimento e a transformação bem-sucedida de status perante a comunidade internacional, seu caso chamou a atenção do mundo, resultando em diversos estudos para tentar explicar e achar a causa desse rápido e satisfatório desenvolvimento.

Assim, o foco desse trabalho situa-se na análise da história recente da Coreia do Sul, ressaltando acontecimentos importantes ao seu rápido desenvolvimento no pós-guerra. O principal objetivo é explorar o caso de sucesso da Coreia do Sul, que evoluiu do patamar de beneficiária para o papel de doadora no sistema internacional em um curto espaço de tempo. Para isso, foi realizado um levantamento de dados históricos e numéricos da relação causal entre a quantidade e modalidade da assistência internacional recebida e a forma de gestão na alocação precisa dessa assistência e a evolução relativamente rápida do país do status de beneficiária a doadora da AOD, tendo como recorte temporal o período do pós-guerra da Coreia e os anos que se seguiram.

O presente trabalho se estrutura em quatro seções. Seguindo esta introdução, a monografia será estruturada por dois capítulos: o primeiro consiste em uma breve contextualização histórica da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Coreia do Sul desde o período pós-guerra da Coreia, ocorrido entre os anos de 1950 e 1953, até os dias atuais. No segundo capítulo, apresenta-se o papel da Coreia do Sul como beneficiária da AOD e, em seguida, seu papel como doadora no sistema internacional. Por fim temos as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – Histórico da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na Coreia do Sul

Neste capítulo, veremos uma breve história recente da Coreia do Sul, ressaltando acontecimentos importantes ao desenvolvimento da monografia. O objetivo não é de apresentar de forma exaustiva a história da Coreia do Sul, um país com história milenar, mas sim, de pontuar e descrever eventos que marcaram sua contemporaneidade, criando um cenário propício ao desenvolvimento econômico de um país que foi colônia japonesa por um período de 35 anos e que enfrentou uma guerra de três anos que dizimou milhares de civis.

Entre o ano de 1945 e o início dos anos 1990, a Coreia do Sul recebeu o total de assistência de 12,8 bilhões de dólares da comunidade internacional. (CHUN; MUNYI; LEE, 2010). A partir da libertação da Regência Colonial Japonesa, ocorrida entre os anos de 1910 e 1945, e também com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Coreia do Sul pode ser caracterizada como um país recipiente da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). (CHUN; MUNYI; LEE, 2010)

No final da Segunda Guerra Mundial, quando o Japão se rendeu aos Aliados em 1945, a Coreia foi libertada do domínio colonial japonês apenas para ser dividida e ocupada pelas duas grandes superpotências da era da Guerra Fria. Os Estados Unidos ocuparam a metade sul e a União Soviética ocupou a metade norte.

O sul da península coreana foi ocupado e governado pela Administração Militar Estadounidense na Coreia do Sul entre 1945 e 1948, que forneceu ajuda principalmente através de dois programas assistenciais, denominados GARIOA (*Government Appropriations for Relief in Occupied Area*) e EROA (*Economic Rehabilitation in Occupied Area*). (LEE, 1997).

GARIOA foi o programa de ajuda emergencial para auxiliar as áreas ocupadas e geridas pelos Estados Unidos que necessitavam de subsistência básica, incluindo comida, medicamentos e combustível enquanto a EROA era voltada a infraestrutura de tais áreas. A ajuda advinda de ambos os programas – GARIOA e EROA – totalizou o valor de 409,4 milhões de dólares na época. (KIM; KIM; KIM, 2013).

Os Estados Unidos também forneceram empréstimos concessionais advindos do *Office of the Foreign Liquidation Commissioner* (OFLC) totalizando o valor de 24,9 milhões

de dólares, portanto, somando como total da AOD o valor de 434,3 milhões de dólares. Já a Agência de Assistência e Reconstrução das Nações Unidas prestou ajuda humanitária de emergência e na infraestrutura atingida pela guerra. (KIM; KIM; KIM, 2013)

Assim, quando o governo sul-coreano estava oficialmente estabilizado no ano de 1948, essa ajuda foi substituída pela *Economic Cooperation Administration* (ECA) cuja principal proposta era a promoção da recuperação econômica através do fornecimento de investimento em equipamentos. Contudo, a eclosão da guerra na Península Coreana em 1950 terminou com as atividades da ECA e adiou qualquer chance de recuperação econômica. (LEE, 1997)

Sob o domínio da ocupação pelos dois regimes estrangeiros ideologicamente opostos de cada lado do paralelo 38, dois governos coreanos separados foram formados em 1948. Apoiado pelos Estados Unidos, o governo da República da Coreia ao sul era liderado por Rhee SyngMan, enquanto o governo da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), ao norte, era chefiado por Kim Il-sung com o apoio da União Soviética. Rhee Syngman e Kim Il-sung visaram reunificar a Coreia sob seus próprios sistemas políticos. Enquanto Rhee pedia um governo democrático, Kim queria estabelecer um governo comunista para a Coreia reunificada. Tais interesses conflitantes criaram tensões e inimizade mútua entre o Sul e o Norte, e as perseguições de grupos e indivíduos que exibiram afiliação ao sistema político oposto em cada metade da península polarizaram ainda mais a Coreia.

Em junho de 1950, a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul, numa tentativa de unificar o país sob o regime comunista. Os Estados Unidos lideraram uma força militar das Nações Unidas para auxiliar a Coreia do Sul na luta contra o Norte. Cerca de vinte países forneceram soldados e ajudaram a Coreia do Sul. A China e a União Soviética apoiaram e lutaram com os norte-coreanos.

Já no final da década de 1940, a política externa dos EUA estava em grande ebulição devido ao processo de enfrentamento aos principais conflitos com os regimes comunistas liderados pelos soviéticos que surgiam ao redor do mundo. No ano de 1947, o presidente dos EUA na época, Harry S. Truman, havia publicado sua Doutrina Truman, delineando a política americana de contenção do comunismo. A doutrina estadunidense de contenção do comunismo foi aplicada em diversas esferas das relações internacionais, refletindo em acordos econômicos e tecnológicos, por exemplo. Ressalta-se que a

bipolaridade presente no sistema internacional afetava não só a esfera política, interna e internacional dos Estados Unidos, mas também a esfera econômica, social, cultural e militar.

O presidente estadunidense Harry S. Truman delineou em seu discurso inaugural, em 20 de janeiro de 1949, um programa com estratégias claras que estruturariam os contornos gerais da política externa norte-americana, baseados no combate ao comunismo e no apoio militar e assistência econômica para as nações aliadas. (RIST, 2008)

Discurso Inaugural de Harry S. Truman

Quinta-feira, 20 de janeiro de 1949

(...)

O povo americano deseja e está determinado a trabalhar por um mundo em que todas as nações e todos os povos sejam livres para governar a si mesmos da maneira que julgarem conveniente e para alcançarem uma vida decente e satisfatória. Acima de tudo, nosso povo deseja e está determinado a trabalhar pela paz na Terra - uma paz justa e duradoura - baseada em um acordo genuíno livremente alcançado por iguais.

Na busca desses objetivos, os Estados Unidos e outras nações de pensamento semelhante se veem diretamente opostos por um regime com objetivos contrários e um conceito de vida totalmente diferente.

Esse regime adere a uma falsa filosofia que pretende oferecer liberdade, segurança e maiores oportunidades à humanidade. Enganados por essa filosofia, muitos povos sacrificaram suas liberdades apenas para aprenderem com sua tristeza que a fraude e a zombaria, a pobreza e a tirania são sua recompensa.

Essa filosofia falsa é comunismo.

O comunismo é baseado na crença de que o homem é tão fraco e inadequado que ele é incapaz de governar a si mesmo e, portanto, requer a regra de mestres fortes.

A democracia baseia-se na convicção de que o homem tem a capacidade moral e intelectual, bem como o direito inalienável, de se governar com razão e justiça.

O comunismo sujeita o indivíduo à prisão sem causa legal, punição sem julgamento e trabalho forçado como propriedade do estado. Decretou que informação receberá, que arte produzirá, que líderes seguirá e que pensamentos pensará.

A democracia sustenta que o governo é estabelecido para o benefício do indivíduo e é responsável pela proteção dos direitos do indivíduo e sua liberdade no exercício de suas habilidades.

O comunismo sustenta que os erros sociais podem ser corrigidos apenas pela violência.

A democracia provou que a justiça social pode ser alcançada através de mudanças pacíficas.

O comunismo sustenta que o mundo está tão profundamente dividido em classes opostas que a guerra é inevitável.

A democracia sustenta que as nações livres podem resolver as diferenças com justiça e manter uma paz duradoura.

Essas diferenças entre comunismo e democracia não dizem respeito apenas aos Estados Unidos. As pessoas em todos os lugares estão percebendo que o que está

envolvido é bem-estar material, dignidade humana e o direito de acreditar e adorar a Deus.

Declaro essas diferenças, não para tirar questões de crença como tais, mas porque as ações resultantes da filosofia comunista são uma ameaça aos esforços das nações livres para promover a recuperação do mundo e a paz duradoura.

(...)

(Tradução livre)

O quarto ponto do programa de estratégias enfatizou que os Estados Unidos deveriam adotar uma nova abordagem para tornar disponíveis os benefícios de seus avanços científicos e progresso industrial para o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos que seriam geopoliticamente importantes para a estratégia global dos EUA. Esse contexto histórico foi relevante para o caso da ajuda externa dos EUA à Coreia, no sentido de que a Coreia do Sul era uma das zonas-tampão estratégicas para conter o poder comunista no nordeste da Ásia. (KIM, TAEKYOON, 2013)

Discurso Inaugural de Harry S. Truman

Quinta-feira, 20 de janeiro de 1949

Quarto ponto:

Quarto, devemos embarcar em um novo programa ousado para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas.

Mais da metade das pessoas do mundo vivem em condições que se aproximam da miséria. Sua comida é inadequada. Eles são vítimas de doença. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça para eles e para áreas mais prósperas.

Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas.

Os Estados Unidos são proeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para a assistência de outros povos são limitados. Mas nossos recursos imponderáveis em conhecimento técnico estão em constante crescimento e são inesgotáveis.

Acredito que devemos disponibilizar aos povos amantes da paz os benefícios de nossa reserva de conhecimento técnico, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos promover investimentos de capital em áreas que precisam de desenvolvimento.

Nosso objetivo deve ser ajudar os povos livres do mundo, através de seus próprios esforços, a produzir mais alimentos, mais roupas, mais materiais para habitação e mais poder mecânico para aliviar seus fardos.

Convidamos outros países a reunir seus recursos tecnológicos neste empreendimento. Suas contribuições serão muito bem-vindas. Este deve ser um empreendimento cooperativo no qual todas as nações trabalhem juntas através das Nações Unidas e suas agências especializadas sempre que possível. Deve ser um esforço mundial para a conquista da paz, da abundância e da liberdade.

Com a cooperação dos negócios, do capital privado, da agricultura e da mão-de-obra nesse país, esse programa pode aumentar bastante a atividade industrial em outras nações e elevar substancialmente seu padrão de vida.

Tais novos desenvolvimentos econômicos devem ser planejados e controlados para beneficiar os povos das áreas em que eles estão estabelecidos. As garantias ao investidor devem ser equilibradas por garantias no interesse das pessoas cujos recursos e cuja mão-de-obra é destinada a esses desenvolvimentos.

(Tradução Livre)

Com o início da guerra entre as Coreias, no ano de 1950, a Coreia do Sul experimentou um turbulento período político, econômico e social de instabilidade e o governo do presidente da época, Rhee SyngMan, dependia extensivamente na assistência internacional para solucionar urgentes desafios nacionais de prover aos cidadãos necessidades básicas, reconstruir o país após a devastação em massa e fortalecer a defesa militar.

Após os ataques norte-coreanos, os Estados Unidos responderam vigorosamente à invasão na Coreia do Sul, com o apoio da ONU. Quando a vitória total se esvaiu depois da intervenção da China comunista em apoio ao norte, a posição do presidente Rhee SyngMan em não aceitar a divisão da península coreana em um norte comunista e sul capitalista contribuiu para dificultar que os Estados Unidos e seus aliados da ONU conseguissem finalizar o conflito e estreitou ainda mais a relação EUA/Coreia do Sul. (CALLOW, 1995)

Com o estouro da guerra, além da reivindicação da ajuda humanitária dos EUA, ficou consolidada a implementação dos interesses de segurança dos EUA na Coreia do Sul. Desde que a guerra se estendeu por toda a península, diversas necessidades humanitárias eram consideráveis. Embora as estatísticas exatas não estejam disponíveis, as estimativas sugerem que as vítimas civis excederam um milhão e que outras cinco milhões de pessoas perderam suas casas e propriedades. (CALLOW, 1995)

O número de refugiados que foi para o sul cresceu significativamente, e havia cerca de 22 milhões de pessoas na Coreia do Sul no armistício. Muitas indústrias na área de Seul-Incheon foram completamente arruinadas e outras sofreram grandes danos. A produção agrícola sofreu uma grande redução durante a guerra e a infraestrutura em todo o país, como sistemas de transporte e irrigação, estruturas de controle de enchentes, prédios públicos, usinas geradoras de eletricidade, sofreu um prejuízo estimado em US\$ 3 bilhões, uma quantia muito grande para um país com uma economia tão fragilizada. Tanto a inflação quanto a dívida nacional aumentaram durante a guerra. Quando as hostilidades cessaram em 1953,

cerca de 90% da indústria estava ociosa e a produção per capita estava abaixo de US\$ 50 por ano. (CALLOW, 1995)

Nos primeiros anos depois da Guerra da Coreia, a ajuda internacional seguiu padrões remanescentes da divisão política da Guerra Fria. A península Coreana ficou dividida no paralelo 38 entre o sul pró-capitalista e o Norte pró-comunista, tornando-se o epicentro da rivalidade resultante da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. (CHUN; MUNYI; LEE, 2010).

Figura 1: Mapa da Península Coreana



Fonte: BROWN, Página 4, 2003.

No armistício em 1953, a Coreia do Sul se encontrava em um estado de caos político e devastação econômica. De fato, a ajuda internacional era praticamente a única fonte de investimento após a guerra. Entre 1953 e 1958, a ajuda internacional representava 9,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) sul coreano e durante o período de 1953 e 1961, 73,6 por cento do total das importações e 72,8 por cento do total de investimentos veio de ajuda estrangeira. (KIM; KIM; KIM, 2013) O foco principal da ajuda estrangeira após a guerra era na reconstrução do país devastado e parece que a ajuda estrangeira atingiu o objetivo com sucesso, visto que o país atingiu o nível econômico pré-guerra por volta do ano de 1956. (KIM; KIM; KIM, 2013)

Ressalta-se que, nos primeiros anos subsequentes ao armistício, a economia sul coreana subsistiu basicamente pela assistência internacional advinda particularmente dos Estados Unidos, feita majoritariamente por meio de subvenções. A Coreia do Sul utilizou o valor das subvenções para reduzir a inflação do pós-guerra, garantir estabilidade financeira e fazer investimentos em novas instalações industriais. (CHUN; MUNYI; LEE, 2010). A assistência era realizada principalmente de forma bilateral pelos Estados Unidos, mas também era realizada de forma multilateral, tendo como intermediadora principal a Agência das Nações Unidas para a Reconstrução da Coreia (na sigla em inglês, UNKRA – *United Nations Korean Reconstruction Agency*).

A importância da ajuda dos Estados Unidos da América para a economia sul coreana nesse período foi particularmente relevante: a ajuda estadunidense somava o aproximado 73 por cento da totalidade de importações da Coreia do Sul na época. Grande parte da ajuda dos EUA era feita na forma de importações de *commodities*, o que somava o valor aproximado de $\frac{3}{4}$ de toda a ajuda entre 1953 e 1960, sendo metade desse valor *commodities* agrícolas e o restante era principalmente fertilizantes e produtos derivados do petróleo. (KIM; KIM; KIM, 2013)

Além disso, grande parte do projeto de ajuda dos EUA voltou-se para a reconstrução de estradas, sistema de comunicação, e para o setor de manufatura, contribuindo assim, para os esforços de reconstrução estrutural da Coreia do Sul. Conjuntamente com a reconstrução e a ajuda emergencial, reconstruir e fortalecer a defesa militar do país tornou-se uma das mais importantes propostas de ajuda estrangeira após a guerra entre as Coreias. (KIM; KIM; KIM, 2013)

No período pós-guerra, diversos outros doadores também começaram a fornecer ajuda, fazendo com que os EUA e o governo do presidente a época, Rhee SyngMan, reconhecessem a extrema importância do estabelecimento de uma organização que pudesse coordenar todos os tipos de ajuda a Coreia do Sul (incluindo a *Civil Relief In Korea* - CRIK e a ajuda da UNKRA). Dessa forma, para que fosse possível alcançar esse objetivo de harmonização e coordenação das ajudas desses diversos doadores, em agosto de 1953, o *Office of the Economic Coordinator* (OEC) foi criado, tendo como líder na gestão os EUA.

O OEC foi posicionado pelo Comando das Nações Unidas na Coreia (na sigla em inglês, UNC - *United Nations Command*), desempenhando um papel fundamental na coordenação, não só da ajuda dos EUA, mas também de toda a assistência internacional que a Coreia do Sul recebeu, com o objetivo de construir um sistema eficaz de gestão da ajuda estrangeira. Com a OEC, o governo sul coreano não precisou lidar com numerosos doadores, reduzindo bastante os custos institucionais derivados da falta de harmonização entre os doadores. Além disso, através do CEB (*Combined Economic Board*), os doadores e o governo sul coreano trabalharam conjuntamente para administrar a ajuda internacional.

Ao longo do período pós-guerra da Coreia, o CEB (1952-1961) foi a mais importante organização de gestão de ajuda em que os doadores internacionais e o governo sul coreano tomaram decisões-chaves em questões que tratavam da gestão de ajuda internacional, incluindo o uso de fundo de contrapartida.¹ Com a criação do CEB, o governo do presidente Rhee pode participar mais ativamente de processos de tomada de decisões na gestão da ajuda internacional. O CEB foi estabelecido no dia 24 de maio de 1952 como uma organização consultiva em que a Coreia do Sul e as Nações Unidas coordenavam assuntos econômicos pendentes. Particularmente, diversos comitês da CEB forneceram espaço organizacional ampliado através do qual foi estendida o espaço às diferentes vozes que estavam presentes na gestão e uso da ajuda externa pela Coreia do Sul.

Contudo, como já mencionado, durante o período do governo Rhee, a natureza da ajuda internacional era humanitária/emergencial e foi somente no período do governo de seu sucessor, o presidente Park ChungHee, que a ajuda para a Coreia do Sul começou ativamente a ter como foco o desenvolvimento econômico a longo prazo. Assim, é importante notar que a transformação da natureza da assistência estrangeira de um fundo de ajuda humanitária e emergencial para uma ajuda para o desenvolvimento ocorreu apenas porque a ajuda

¹ Um fundo de contrapartida é uma técnica para transformar a ajuda externa em reservas de moeda nacional.

internacional serviu com sucesso para a rápida recuperação da guerra e estabilidade social durante a era de Rhee SyngMan. (KIM; KIM; KIM, 2013)

Ademais, já foi demonstrado que, durante o período governamental do presidente Rhee SyngMan, os Estados Unidos da América atuaram como um ator importante na gestão de sucesso da ajuda internacional. Contudo, com o passar do tempo, o relacionamento entre os dois países na gestão da assistência estrangeira mudou do status de dominância americana para a cooperação e liderança do governo da Coreia do Sul. (KIM; KIM; KIM, 2013)

Considera-se como a característica mais importante da ajuda internacional a Coreia do Sul no período governamental de Park ChungHee a mudança da natureza da ajuda prestada, que foi deslocada do status de ajuda emergencial para a assistência ao desenvolvimento. Particularmente, a assistência estrangeira (mais especificadamente, empréstimos públicos) foi usada para dar apoio aos diversos planos de desenvolvimento formulados pelo governo sul coreano. O governo de Park desenvolveu projetos para o desenvolvimento econômico do país e ativamente utilizou os empréstimos públicos para a implementação desses planos. (KIM; KIM; KIM, 2013)

Em relação às condições políticas e econômicas da Coreia do Sul, a liderança presidencial permaneceu relativamente estável entre os anos de 1961 e 1979, possibilitando implementar de forma consistente as diversas metas nacionais para a reconstrução econômica. O governo parecia ter ganho apoio político, pelo menos na frente econômica, gerando resultados visíveis através da formulação e coordenação eficaz de tais políticas a serem implantadas. (HAN, 2014)

No ano de 1961, o presidente Park ChungHee desenvolveu o primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico. Diferentemente dos planos econômicos anteriores, do governo do presidente Rhee SyngMan, que teve como foco a estabilidade econômica e a reconstrução do país no pós-guerra, o mais importante objetivo do plano de desenvolvimento econômico do presidente Park em 1961 era se auto gerir economicamente em conformidade às diversas estratégias de crescimento traçadas pelo governo sul coreano. (KIM; KIM; KIM, 2013)

Ainda no início dos anos 60, a Coreia do Sul era um dos países mais pobres do mundo visto que não tinha recursos necessários para seu desenvolvimento econômico e dependia fortemente da ajuda externa. No entanto, o governo de Park ChungHee, que chegou ao poder durante a Revolução Militar de 16 de maio de 1961, buscou políticas de

desenvolvimento econômico lideradas pelo governo e orquestradas pelo *Economic Planning Board* (EPB) com o propósito de reconstrução econômica. (HAN, 2014). Ressalta-se que o EPB se tornou uma poderosa organização burocrática responsável pelo planejamento do desenvolvimento e pela formulação de políticas públicas, coordenando as funções dos Ministérios das Finanças, Comércio, Transportes, Agricultura, Saúde e Assuntos Sociais e Ciência e Tecnologia. (CHO; KIM, 1991)

Nos primeiros anos do EPB, suas três funções principais eram de planejamento, orçamento e cooperação. Dentre essas três, a principal função do EPB era o planejamento. (HAN, 2014) Isso inclui não apenas a formulação simples de planos econômicos de curto e longo prazo, mas também o desenvolvimento de medidas políticas para responder às questões econômicas que surgiam constantemente. Portanto, desempenhar a função de planejamento naturalmente envolvia questões que estavam sob a administração de outros Ministérios do governo, o que significava que era essencial consultar e coordenar conjuntamente com os outros Ministérios que compunham o governo. Em outras palavras, a função de planejamento incluía uma função coordenadora, enquanto a função orçamentária (mobilização do capital doméstico) e a função de cooperação (atração de capital estrangeiro) atuavam como dois importantes pilares que respaldaram essa função principal. (HAN, 2014)

Ademais, o governo teve como foco o planejamento de investimentos. A questão principal era como financiar grandes projetos de investimento industrial. Nas condições prevalentes no início da década de 1960 - a taxa de poupança interna extremamente baixa, a ausência de um mercado financeiro e de capitais em bom funcionamento e o declínio da ajuda externa - o governo teve de desenvolver um meio para fornecer capital para a indústria. (CHO; KIM, [S.d.]

Assim, o suprimento de capital para as necessidades de industrialização levou ao controle do governo sobre o acesso ao crédito interno e ao endividamento externo. Essa medida visava não apenas aumentar a influência do governo na alocação de recursos financeiros, mas também expandir a disponibilidade de fundos para empréstimos, particularmente de fontes estrangeiras. Na verdade, o sistema de garantias de reembolso de empréstimos estrangeiros (que exigia aprovações do EPB a quem busca empréstimos) contribuiu substancialmente para aumentar a entrada de capital estrangeiro. (CHO; KIM, [S.d.]

Em meados da década de 1960, a ajuda por concessões amplas de empréstimos foi gradualmente substituída por empréstimos suaves em quantidades limitadas. Além dos empréstimos canalizados através de agências doadoras como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (na sigla em inglês, USAID - *United States Agency for International Development*), o Overseas Economic Cooperation Fund do Japão (na sigla em inglês, OECF), o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), uma parcela crescente de empréstimos assumiu a forma de crédito dos fornecedores dos bancos de importação e exportação japoneses ou estadunidenses. A verdadeira ruptura nas vias de financiamento para a Coreia veio com a conclusão do Tratado de Normalização Japão-Coreia, em 1965. A Coreia do Sul poderia usar seus Fundos de Reivindicação de Propriedade (reparações de guerra) para estabelecer a infraestrutura industrial básica e de comunicação. (KIM, KWAN S, 1991)

Considera-se que o desempenho econômico da Coreia do Sul nos anos 1960-1970 foi em grande parte impulsionado pela implementação bem-sucedida dos planos de desenvolvimento econômico orquestrados pelo EPB com grande apoio do Presidente Park.

Os Planos Quinquenais da Coreia do Sul foram um projeto de desenvolvimento econômico com metas pontuais e em que se vislumbrava uma mudança estrutural a longo prazo. Os planos foram projetados para aumentar a riqueza dentro da Coreia do Sul e fortalecer a estabilidade econômica e política do país. A mudança na política de industrialização por substituição de importações para o crescimento orientado para a exportação ocorreu ao longo desses planos quinquenais.

O primeiro Plano Quinquenal de desenvolvimento econômico, implementado entre os anos de 1962 e 1966, elaborado pelo EPB e finalizado após deliberação do Comitê Econômico Central, da Conferência do Gabinete e do Conselho Supremo de Reconstrução Nacional, tinha como objetivo básico o desenvolvimento de uma economia autossustentável. (HAN, 2014).

O primeiro Plano Quinquenal para o desenvolvimento econômico visava a reforma da estrutura industrial sul coreana para a indústria pesada, de manufatura e química. Particularmente, em 1964, o Governo Park acelerou a estratégia de desenvolvimento econômico para a exportação. Mais importante, para que os numerosos projetos de desenvolvimento guiados pelo Estado e os planos de desenvolvimento econômico fossem implementados com sucesso, o governo teve de se apoiar fortemente na ajuda internacional

para requisitar recursos financeiros e tecnológicos visto que as fontes financeiras domésticas para investimento ainda eram bastante limitadas. (KIM; KIM; KIM, 2013)

Com base na experiência adquirida no Primeiro Plano, os planejadores se prepararam para o Segundo Plano bem antes do seu período de vigência, utilizando estatísticas e técnicas de planejamento mais desenvolvidas. Como resultado dessas e de outras grandes melhorias no processo de formulação, o Segundo Plano Quinquenal ganhou ampla credibilidade tanto no país quanto no exterior. ((EDIT.), 1987)

O Segundo Plano Quinquenal (1967-1971) buscava transformar o Estado sul-coreano em uma economia de indústria pesada, tornando a Coreia do Sul mais competitiva no mercado mundial, objetivo que foi incorporado em todos os planos quinquenais seguintes. Teve como objetivo básico a modernização da estrutura industrial e a solidificação da economia autossustentável, com um maior foco na construção de indústrias químicas, siderúrgicas e de máquinas, e na expansão das exportações. Foi formulado com um método de planejamento mais avançado, com o aumento da participação de especialistas nacionais e internacionais. (HAN, 2014)

O presidente Park ChungHee implementou o Terceiro Plano Quinquenal entre os anos de 1972 e 1976, sendo também chamado de Plano de Industrialização de Produtos Químicos Pesados. Para financiar tal plano, o governo realizou diversos empréstimos de países estrangeiros, no lugar de receber investimentos estrangeiros diretos. Assim, seria possível direcionar o projeto nacional sem a intervenção direta dos países investidores.

No Terceiro Plano (1972-1976) e no Quarto Plano (1977-1981), além do desenvolvimento industrial sob planos de crescimento e equilíbrio focado na indústria pesada e química, desenvolvimento equilibrado da economia, melhor distribuição de renda e melhoria dos padrões de vida foram definidos como principais objetivos e políticas econômicas relevantes a serem implementados.

Na época da formulação do Terceiro e do Quarto Plano Quinquenal, na década de 1970, o processo de planejamento cresceu em sofisticação. A diversidade na participação no processo de planejamento foi ampliada para solicitar opiniões e ideias dos mais variados grupos sociais que compunham a sociedade coreana na época. O Quarto Plano foi particularmente digno de nota, na medida em que adotou procedimentos de planejamento de políticas descentralizadas. Vinte e dois grupos - compostos por representantes do governo,

acadêmicos, empresas e indústrias - contribuíram ativamente para o desenvolvimento do Plano. ((EDIT.), 1987)

Os procedimentos para a formulação do Quinto Plano Quinquenal foram ainda mais complexos e sofisticados, uma vez que o Quinto Plano envolveu uma grande mudança na economia em geral para promover ainda mais a iniciativa privada e o bom funcionamento do livre mercado. Essa mudança levou a uma ainda maior aprovação nacional sobre a formulação do Plano, o qual também teve participação em sua formulação de representantes de diversos estratos sociais, sendo que o número de grupos aumentou de vinte e dois para vinte e seis. ((EDIT.), 1987)

De acordo com Han SeungHee, professor e pesquisador da *KDI School of Public Policy and Management*², é possível tirar seis conclusões da experiência sul coreana advinda da implementação do *Economic Planning Board* e, conseqüentemente, da formulação dos Planos Quinquenais de desenvolvimento econômico : (HAN, 2014)

- 1) Na fase inicial do processo desenvolvimentista dos países em desenvolvimento, deve-se considerar a criação de uma organização independente que tenha autoridade para alocar o orçamento do governo e gerenciar o capital, como no caso do EPB, com o objetivo de fundir esforços e administrar de forma eficiente todo o capital advindo da ajuda estrangeira.
- 2) É de extrema importância que haja divisões de núcleos de pesquisa que forneçam informações confiáveis e resultados oportunos para o desenvolvimento das melhores políticas públicas a serem implementadas.
- 3) Um mecanismo de coordenação de políticas inteligentes precisa ser implementado. Pode-se entender como a introdução e operação de vários órgãos consultivos e de coordenação como a Reunião do Relatório Mensal de Tendências Econômicas.
- 4) O líder do país deve mostrar forte compromisso com o desenvolvimento econômico e dar total suporte ao pessoal de apoio que está no comando das organizações e Ministérios que fazem parte da gestão de seu governo.

² A *KDI School* foi criada no ano de 1997 sob a autorização do Ministério da Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos pelo *Korean Development Institute* (KDI), um *think tank* de política econômica autônoma estabelecido pelo governo sul-coreano em 1971 para operar como um centro de pesquisa e análise de decisões políticas, além de monitorar o rápido desenvolvimento econômico da Coreia do Sul. Como principal grupo de pesquisa da Coreia, o KDI criou a *KDI School of Public Policy and Management* para educar e formar a próxima geração de líderes a guiar o desenvolvimento do país.

- 5) Predominância de uma atmosfera liberal dentro da organização estatal, bem como a presença da ética e da competência dos altos funcionários e dos responsáveis da linha de frente do planejamento econômico.
- 6) A partir de uma perspectiva de longo prazo, a construção de um consenso nacional é imprescindível para o sucesso do planejamento econômico e da administração do desenvolvimento. (HAN, 2014)

Assim, analisando todo o processo de aplicação de políticas públicas para o desenvolvimento político e econômico da Coreia do Sul no período do pós-guerra, pode-se resumir tal experiência como um processo de um forte Estado em desenvolvimento que, com liderança própria e gestão adequada da ajuda internacional, guiou seu desenvolvimento econômico com sucesso. Tendo como foco instituições nacionais consolidadas e organizações focadas na gestão da ajuda internacional, pode-se observar que as características institucionais e estratégicas desenvolvidas ao longo dos anos pela Coreia do Sul caminharam juntas para que se atingisse o domínio próprio de seu território. (KIM; KIM; KIM, 2013)

A Coreia do Sul devastada pela guerra se retirou com êxito de um estado de pobreza para se tornar uma nação economicamente e socialmente desenvolvida em um período relativamente curto de tempo. Uma das principais razões para esse notável desenvolvimento pode ser atribuída à transferência internacional de ajuda externa, notadamente a assistência econômica dos Estados Unidos e outras formas de socorro emergencial advindas das Nações Unidas, que desempenharam um papel significativo no apoio à reconstrução econômica e ao progresso social da Coreia no período do pós-guerra. (KIM, TAEKYOON, 2013)

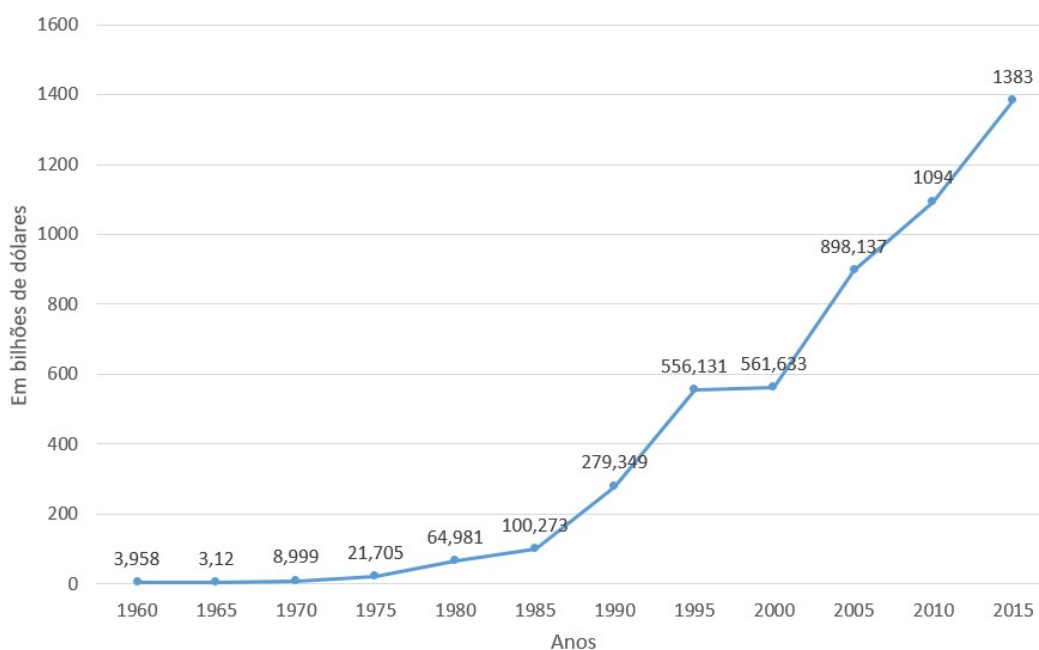
CAPÍTULO 2 - A mudança do perfil da Coreia do Sul na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: de beneficiário a doador

2.1 Coreia do Sul como beneficiária da Assistência Oficial ao Desenvolvimento

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento assumiu um papel muito importante no desenvolvimento da Coreia do Sul. Depois da Guerra da Coreia, ocorrida entre os anos de 1950 e 1953, a AOD era a única fonte de capital, já que a economia coreana havia sido quase devastada pela guerra. Como país beneficiário, a Coreia recebeu aproximadamente US\$ 12,7 bilhões de dólares em AOD de países estrangeiros entre os anos de 1945 a 1990. (AXEL MARX, 2013) Segundo Lee (1997), desde a ajuda de emergência até programas de reajustamento estrutural, a AOD contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, a maior parte da ajuda fornecida a Coreia na década de 1950 teve como foco o apoio militar e a ajuda humanitária.

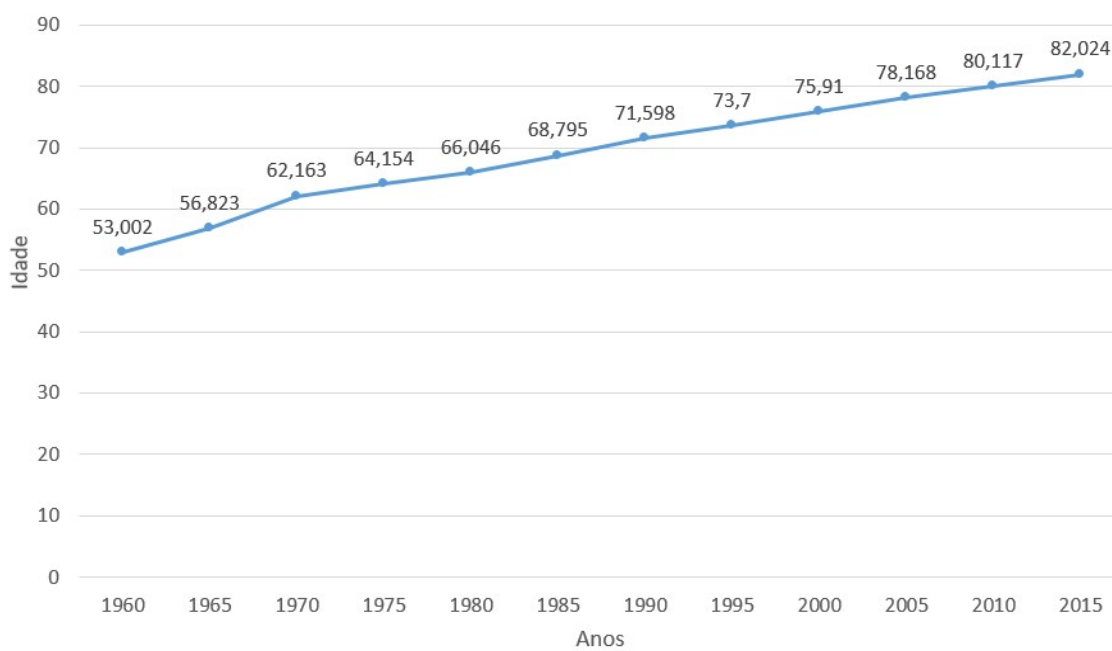
Os gráficos a seguir exemplificam brevemente o desenvolvimento econômico e social durante os anos seguintes a guerra. O gráfico 1 mostra o aumento no Produto Interno Bruto da Coreia do Sul entre os anos de 1960 e 2015. É possível observar um crescimento progressivo no PIB sul coreano a partir do ano de 1965. Vê-se que, entre 1965 e 1995, um período de 30 anos, o PIB sul coreano teve um salto exponencial de 3,12 bilhões de dólares para 556,131 bilhões de dólares. Já no gráfico 2, em âmbito social, vemos o aumento significativo da expectativa de vida do povo sul coreano. Na década seguinte a guerra, a partir dos anos 60, temos uma expectativa de vida de 53 anos de idade. Uma década depois, já em 1970, a expectativa de vida aumentou em quase 10 anos, saltando de 53 para 62 anos.

Gráfico 1: Produto Interno Bruto (PIB) da Coreia do Sul (US\$)



Fonte: World Bank, 2018

Gráfico 2: Expectativa de vida ao nascer, total em número de anos, Coreia do Sul



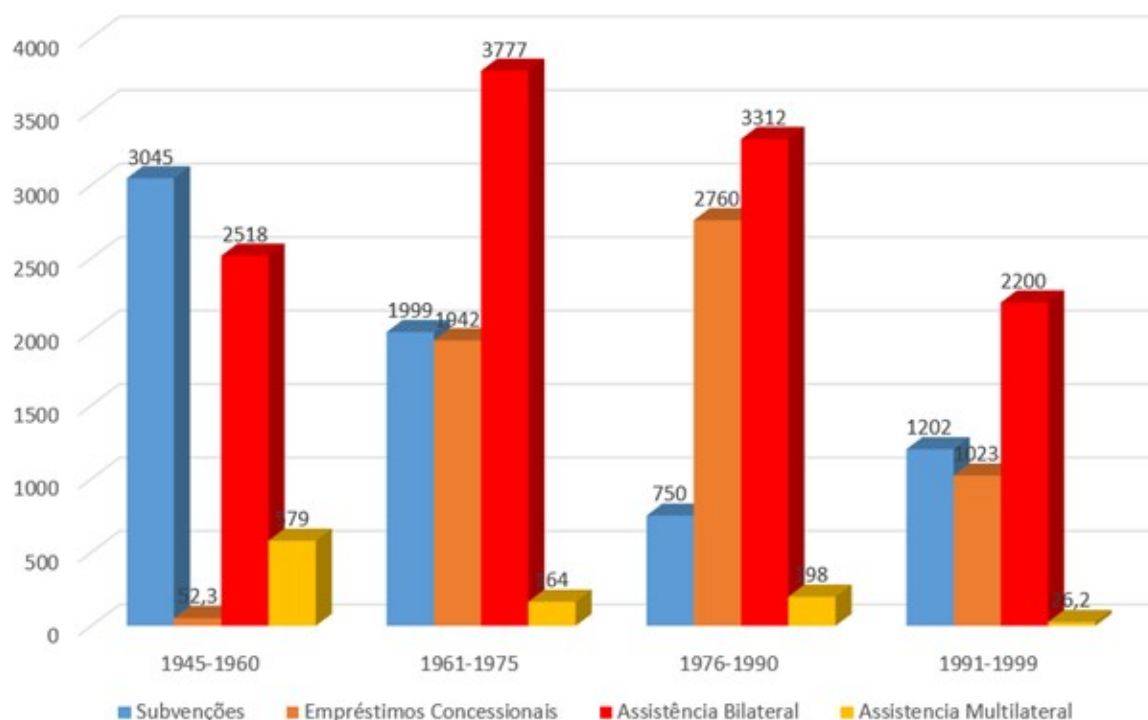
Fonte: World Bank, 2018

Nos anos 60, o crescimento da economia e o investimento estrangeiro substituíram o alívio humanitário e a reconstrução do país devastado pela guerra, à medida que a Coreia transformou dramaticamente sua estrutura econômica. (LEE, 1997) O tipo de AOD para a Coreia foi expandido de concessões para a reconstrução para empréstimos concessionais, promovendo assim o desenvolvimento industrial. (KWAK, 2015). Diferentemente da década de 50, em que as doações diretas foram a principal forma de assistência para a reconstrução do país, na década de 60, mais empréstimos concessionais e outras formas de investimento chegaram a Coreia, diversificando a assistência estrangeira e permitindo a construção de uma infraestrutura social e a promoção do desenvolvimento industrial. (LEE, 1997)

Nas décadas de 1970 e 1980, o financiamento autônomo de projetos voltados as indústrias pesadas e químicas deu lugar, cada vez mais, a empréstimos setoriais ou programas de reajuste visando a reforma da estrutura econômica e industrial em geral. A proporção de subsídios diminuiu significativamente. Nesse período, os empréstimos do programa de reajuste ou empréstimos setoriais contribuíram para reformar a estrutura industrial como um todo. À medida que a economia coreana se tornava mais consolidada, as fontes da AOD tornaram-se mais diversificadas. (KWAK, 2015). Na década de 1990, a Coreia reverteu sua posição de um país recipiente de ajuda estrangeira para um país doador. O país terminou sua dependência da assistência do Banco Mundial em 1995 e foi excluída da lista do CAD de beneficiários da AOD em 2000.

O gráfico 3 mostra o montante de assistência recebida pela Coreia do Sul entre os anos de 1945 e 1999 em suas diversas modalidades: subvenções, empréstimos concessionais, assistência bilateral e assistência multilateral. É possível observar todo o valor recebido como assistência estrangeira bem como a mudança do perfil no foco do recebimento dessa ajuda. Vê-se que, entre os anos de 1945 e 1960, as subvenções foram a principal forma de assistência estrangeira recebida pelo país. Contudo, no período entre 1961 e 1975, houve um grande aumento no montante recebido pela assistência bilateral, de 2,518 bilhões de dólares para 3,777 bilhões de dólares, tornando-se, portanto, a principal forma de assistência estrangeira. Nos períodos seguintes mostrados pelo gráfico 3, entre os anos de 1976 e 1990 e, em seguida, entre 1991 e 1999, a assistência bilateral ainda permaneceu como a principal forma de assistência, apesar de ter sofrido reduções em seu montante.

Gráfico 3: Montante de Assistência recebida pela Coreia do Sul (em US\$ 1 milhão)



Fonte: ODA Korea, 2018

A tabela 1 a seguir demonstra a evolução no perfil de beneficiário da AOD entre os anos de 1945 a 2000. Brevemente demonstram-se os principais objetivos a serem alcançados pela assistência estrangeira nesse período de 55 anos, de acordo com os mandatos dos presidentes e os principais doadores da AOD na época.

Tabela 1: História da AOD da Coreia: mudanças na natureza da assistência

Ano	Objetivos/ Necessidades	Formas e Modalidades	Setores e Composições	Dependência na Assistência	Principais Doadores
1945-1952 Guerra das Coreias	Alívio de curto prazo	- Subvenção (100%) - Bens de alívio emergencial.	-Educação - Reforma agrária - Bens de consumo	Somente poupança internacional	Estados Unidos da América
1953-1961 Administração de Rhee SyngMan	- Defesa - Estabilidade - Reabilitação	- Subvenção (98,5%) - <i>Commodities</i> - Cooperação Técnica	-Agricultura -Ajuda não relacionada a projetos. - Ajuda militar -Bens intermediários e de consumo.	Extremamente dependente de ajuda estrangeira	Estados Unidos da América e ONU
1962-1975	- Transição	- Empréstimos	-Infraestrutura	Diminuição da	Estados

Administração de Park ChungHee	- Crescimento a longo prazo.	concessionais (70%) -Cooperação Técnica - Voluntários	- Indústria orientada a substituição de importações e exportação - Ajuda a projetos - Bens intermediários e de consumo.	importância absoluta e relativa da assistência estrangeira.	Unidos da América e Japão
1976-1996 Administrações de Chun DooWan e Roh TaeWoo	Equilíbrio financeiro com estabilidade e crescimento.	Financiamento não-concessional	-Empréstimos setoriais	Remoção da lista de empréstimos da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)	Japão, Alemanha e Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)
1997-2000 Administrações de Kim YoungSam e Kim DaeJung	Crise Financeira	Suporte financeiro do FMI (Bailout packages)	Programas de reajuste estrutural	Término da condição de país recipiente da AOD	FMI e BIRD

Fonte: ODA Korea (2018)

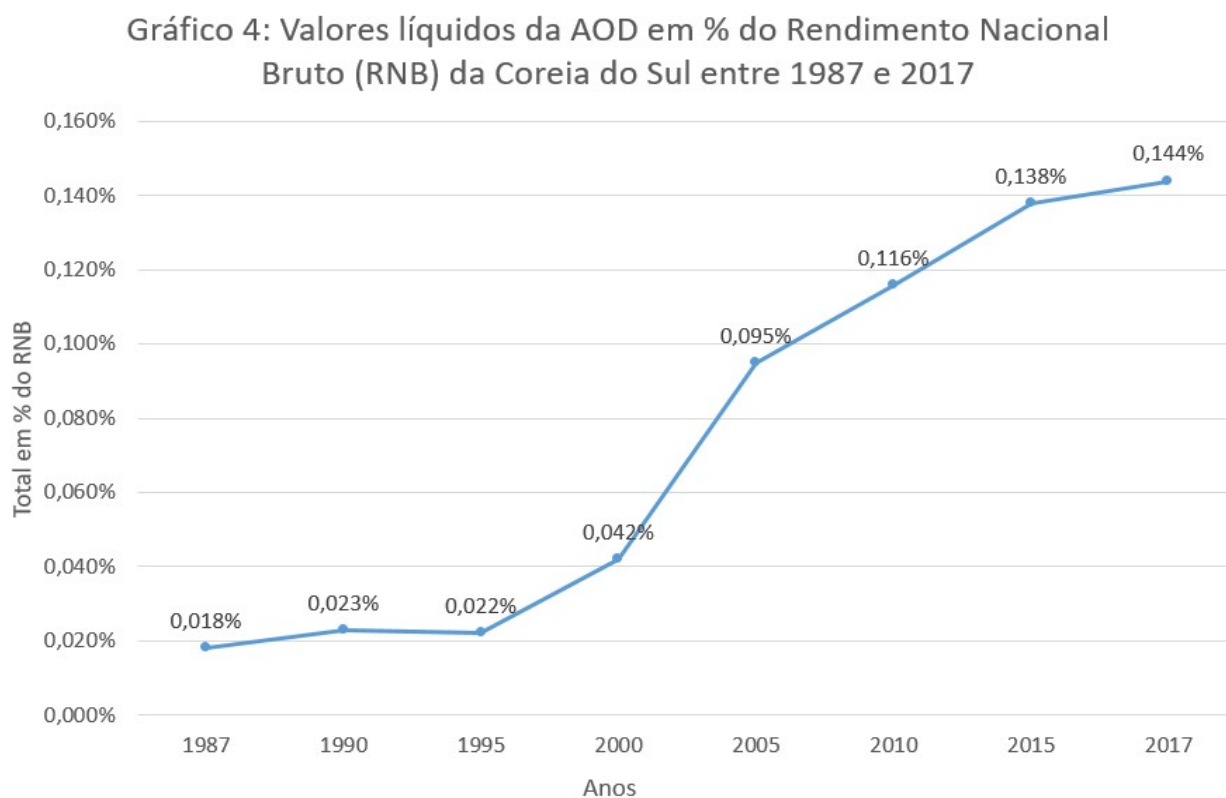
2.2 A Coreia como doadora da Assistência Oficial ao Desenvolvimento

A história da Coreia do Sul como doadora remonta aos anos 1960. (LEE, 1997). Em 1963, a Coreia sediou o programa de treinamento para funcionários públicos de países em desenvolvimento pela primeira vez, sendo financiada pelos EUA. Para responder à crescente demanda de países parceiros, o governo coreano gradualmente financiou mais projetos de assistência com seu próprio orçamento. Em 1977, com a primeira assistência com orçamento oficial destinada à AOD, o Ministério das Relações Exteriores realizou um fornecimento de equipamentos no valor de 900 milhões de won (valor aproximado a 2 milhões de dólares em 1977). A quantidade de AOD fornecida pelo governo coreano atingiu um novo ápice no final dos anos 1980. A Coreia consolidou essa mudança significativa lançando o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (na sigla em inglês, EDCF – *Economic Development Cooperation Fund*) em 1987 e estabelecendo a Agência de Cooperação Internacional da Coreia (na sigla em inglês, KOICA - *Korea International Cooperation Agency*) em 1991.

Nos anos 1980, os programas de assistência da Coreia foram expandidos. O *Korean Development Institute* (KDI) criou o Programa de Intercâmbio de Desenvolvimento Internacional (IDEP) e o Ministério da Construção começou a participar da cooperação internacional, convidando técnicos de construção e engenheiros de países em desenvolvimento para treinamento na Coreia e oferecendo cooperação técnica. Além disso, o

Ministério do Trabalho apoiou a criação de um centro de formação profissional na Indonésia. (LEE, 1997)

A partir da análise do gráfico 4, percebe-se um aumento da porcentagem do Rendimento Nacional Bruto (RNB) sul coreano investido na Assistência Oficial ao Desenvolvimento. Observa-se que em 1987, ano de criação do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (EDCF), 0,018% do RNB sul coreano era voltado para a AOD. Já em 2000, ano em que a Coreia do Sul foi removida da lista de países beneficiários da AOD pela OCDE, a porcentagem chegou a 0,042% do RNB.



Fonte: OECD, 2018

Devido ao aumento do seu orçamento da AOD, o governo coreano começou a deliberar sobre a criação de um sistema eficaz e eficiente para gerir os programas de ajuda da Coreia. Em 1987, a Coreia do Sul registrou um considerável excedente no balanço de pagamentos, permitindo que o governo reservasse um orçamento de 30 bilhões de won

(aproximadamente US\$ 38,7 milhões, na época) para o estabelecimento do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (EDCF). (LEE, 1997). Em 1º de junho de 1987, o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (EDCF) foi criado com o objetivo de promover a cooperação econômica da Coreia com países em desenvolvimento, principalmente por meio de empréstimos bilaterais. O EDCF era administrado pelo Banco de Exportação e Importação da Coreia sob o Ministério de Finanças e Economia. (LEE, 1997)

O estabelecimento do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (EDCF) em 1987 foi um passo significativo para a Coreia como um país doador. O governo reservou o fundo para fornecer empréstimos concessionais bilaterais e multilaterais sob a supervisão do Ministério de Estratégia e Finanças (MOSF), e encarregou o Banco de Exportação e Importação da Coreia (Korea Eximbank) como a agência de implementação. Com base na experiência de desenvolvimento da Coreia ao longo dos anos, o EDCF auxilia os países parceiros fornecendo financiamento para seu desenvolvimento industrial e estabilidade econômica. (LIM, 2015)

Ressalta-se que o programa de cooperação internacional da Coreia atingiu um marco no início da década de 1990. Em janeiro de 1991, a Lei de Cooperação Internacional da Coreia foi promulgada. Com base nessa lei, em 1º de abril de 1991, a Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA) era fundada pelo Ministério das Relações Exteriores para supervisionar a concessão de auxílio e a cooperação técnica. O estabelecimento da KOICA permitiu que a Coreia coordenasse melhor seus programas de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento de maneira mais efetiva e sistematizada, atuando principalmente como o principal fornecedor de subsídios e assistência técnica do governo para os países em desenvolvimento. (LEE, 1997)

A KOICA opera os seguintes programas sob a supervisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio (MOFAT): a) convite de estagiários; b) envio de especialistas e voluntários; c) pesquisa para estudos de desenvolvimento; d) atividades de emergência e socorro; e) fornecimento de *commodities*, capital e instalações. Os propósitos da KOICA são “aumentar seus esforços para atualizar seus programas de AOD baseados no desenvolvimento da Coreia, experiência e capacidade tecnológica para enfrentar os desafios globais e promover a melhor imagem da Coreia do Sul”. (LIM, 2015)

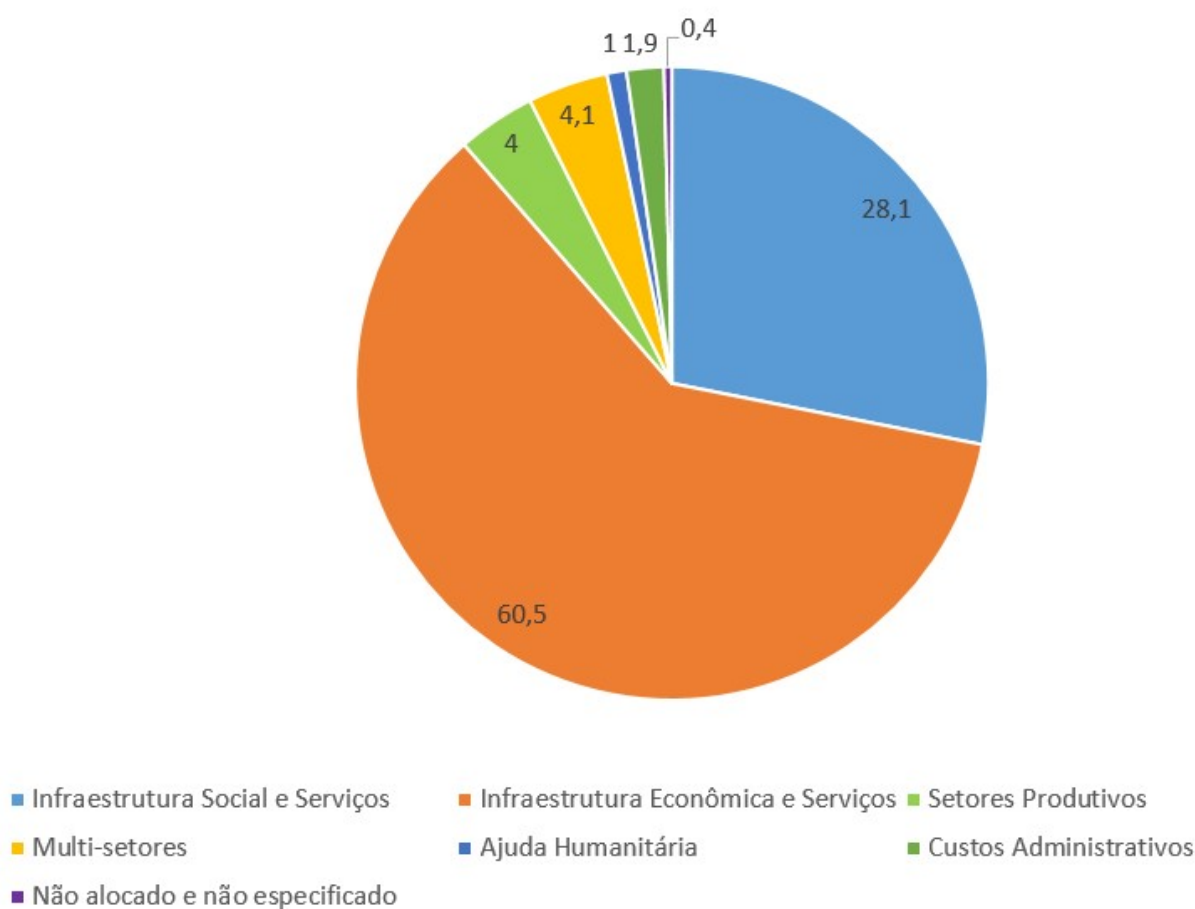
O principal objetivo da KOICA é gerir o desembolso de concessão de ajuda e cooperação técnica sob a autoridade do Ministério de Assuntos Estrangeiros e Comércio. As despesas anuais da KOICA somaram um total de US\$ 271 milhões no ano de 2007, através de 28 escritórios representativos (do inglês, *representative offices*) em 27 países. Suas modalidades principais de cooperação são projetos, programas de treinamento e programas de voluntariado em outros países. Os setores prioritários incluem educação, saúde, governança, tecnologia da informação e comunicação, desenvolvimento rural e meio ambiente. (CHUN; MUNYI; LEE, 2010).

Ainda na década de 90, a Coreia continuou a aumentar seu papel na sociedade internacional. O país tornou-se o 29º membro da OCDE em 1996, tornando-o mais próximo de se juntar às economias mais avançadas. (HAN, 2014) Uma década depois, a partir de 2006, quando o governo da Coreia anunciou seus planos de aderir ao CAD da OCDE, a AOD da Coreia passou por grandes reformas. (CHUN; MUNYI; LEE, 2010)

Em primeiro lugar, um projeto abrangente da AOD foi aprovado na Assembleia Nacional no final de 2009 com o objetivo de estabelecer uma estrutura legal e institucional para orientar e coordenar todas as atividades da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. Além do EDCF para empréstimos concessionais e a KOICA para subsídios, há cerca de 30 outros Ministérios ou Agências Governamentais envolvidas na execução da ajuda. Em segundo lugar, apesar da desaceleração econômica, o governo coreano anunciou a decisão de manter o compromisso em aumentar a porcentagem do Rendimento Nacional Bruto voltada a AOD. Em terceiro lugar, o governo também anunciou que faria esforços para melhorar os recursos de planejamento, entrega e avaliação da ajuda com base nas diretrizes do CAD. (CHUN; MUNYI; LEE, 2010)

O gráfico 5 mostra toda a alocação da AOD bilateral da Coreia do Sul no ano de 2009. A maior parte dessa assistência teve como foco a infraestrutura econômica e serviços, totalizando 60,5% do total da AOD bilateral, setor que inclui transporte e armazenamento, comunicação, energia, etc. Em segundo lugar, com 28,1%, a assistência voltou-se a infraestrutura social e serviços, setor que inclui educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, dentre outros.

Gráfico 5: Alocação da AOD Bilateral da Coreia do Sul, 2009



Fonte: ODA Korea, 2018

A República da Coreia tornou-se membro oficial do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE no dia 25 de novembro de 2009. Essa data é considerada um evento bastante significativo para a Coreia do Sul, representando um marco para considerá-la um país de desenvolvimento avançado. Além disso, considera-se como de importante significância por ser a primeira vez que um país beneficiário da ajuda estrangeira se torna um importante país doador em um período inferior a 50 anos. (CHUN; MUNYI; LEE, 2010)

Um limiar crítico da política de AOD da Coreia é o *Framework Act for International Development* adotado em 2010. Um Decreto Presidencial sobre Cooperação

Internacional para o Desenvolvimento foi promulgado para colocar em vigor o *Framework Act*, que fornece a base legal e define os princípios básicos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Coreia. (LIM, 2015) O *Framework Act for International Development* fornece orientação sobre a política e estratégias da AOD da Coreia, mandatando três pontos: (1) Plano Estratégico, (2) Política da AOD a médio prazo e (3) Sistema integrado de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). (LIM, 2015)

(1) Plano Estratégico: Em 2010, a Comissão para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (na sigla em inglês, CIDC - *Comission on International Development Cooperation*), que é o mais alto órgão de decisão para a política de AOD, concordou com o Plano Estratégico como a estrutura básica para a política AOD da Coreia. Afirmou que a Coreia do Sul “assume a responsabilidade como membro do CAD, de cumprir seu compromisso em aumentar o volume de AOD e fortalecer o sistema de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento de forma integrada”.

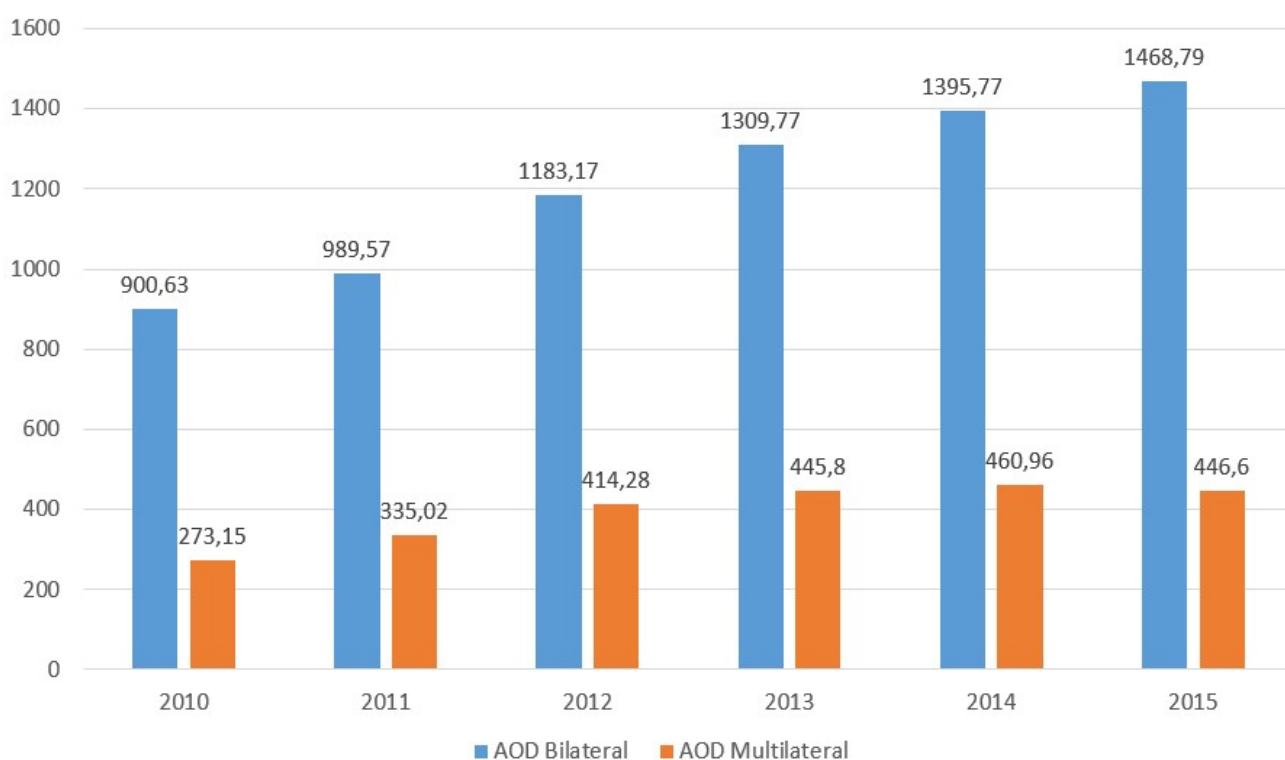
(2) Política AOD de Médio Prazo: Este é um plano de ação para os cinco anos seguintes (2010-2015) que especifica e cumpre as orientações da AOD sobre políticas da Coreia, incluindo metas acerca do volume de orçamento destinados a AOD, desembolso bilateral e multilateral, alocação de ajuda por região, nível de renda, proporção de concessão e empréstimo, ajuda vinculada ou não vinculada e assim por diante.

(3) Sistema integrado de AOD: Uma das principais reformas do *Framework Act* é o papel fortalecido do CIDC. O CIDC é um órgão de coordenação e tomada de decisões sobre as principais políticas de AOD, tendo como presidente o Primeiro Ministro. O CIDC foi criado em 2006, mas esteve relativamente inativo até 2010, quando o *Framework Act* foi promulgado. (LIM, 2015)

Seguindo o panorama delimitado pelo *Framework Act* em 2010, já vemos no ano de 2013 resultados positivos na AOD da Coreia do Sul. Neste ano, o orçamento alocado para a AOD subiu para US\$ 1,75 bilhão, um aumento de 9,9% em relação ao ano de 2012. As ajudas bilateral e multilateral também sofreram aumento em seus números. Após esses aumentos contínuos, a Coreia classificou-se como o 16º maior doador entre os 27 membros do

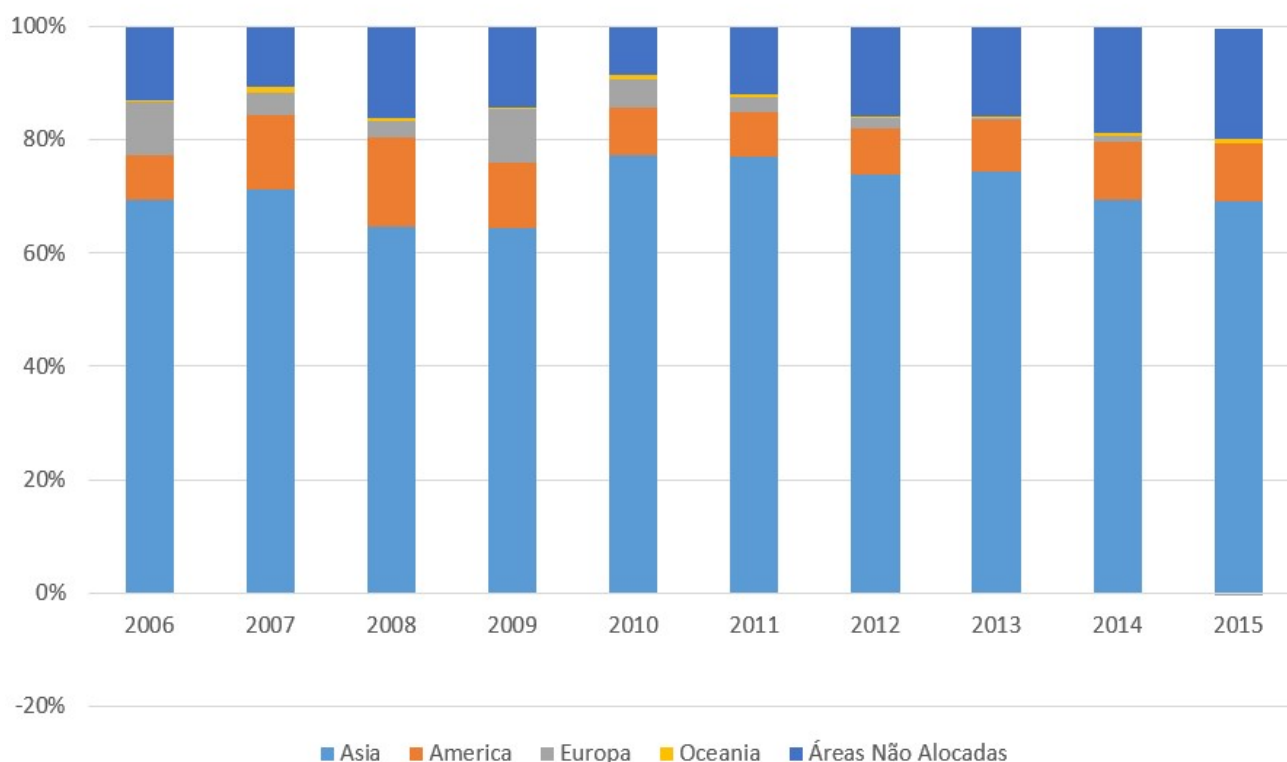
CAD da OCDE. Como mostram os gráficos 6 e 7 abaixo, vemos um aumento significativo no orçamento a AOD bilateral e multilateral entre os anos de 2010 e 2015. O gráfico 7 mostra a distribuição geográfica da AOD bilateral da Coreia do Sul e dos seus principais destinatários entre os anos de 2006 e 2015.

Gráfico 6: AOD da Coreia do Sul por tipo de ajuda (2010 a 2015)
(Desembolsos líquidos, em US\$ milhões)



Fonte: ODA Korea, 2018

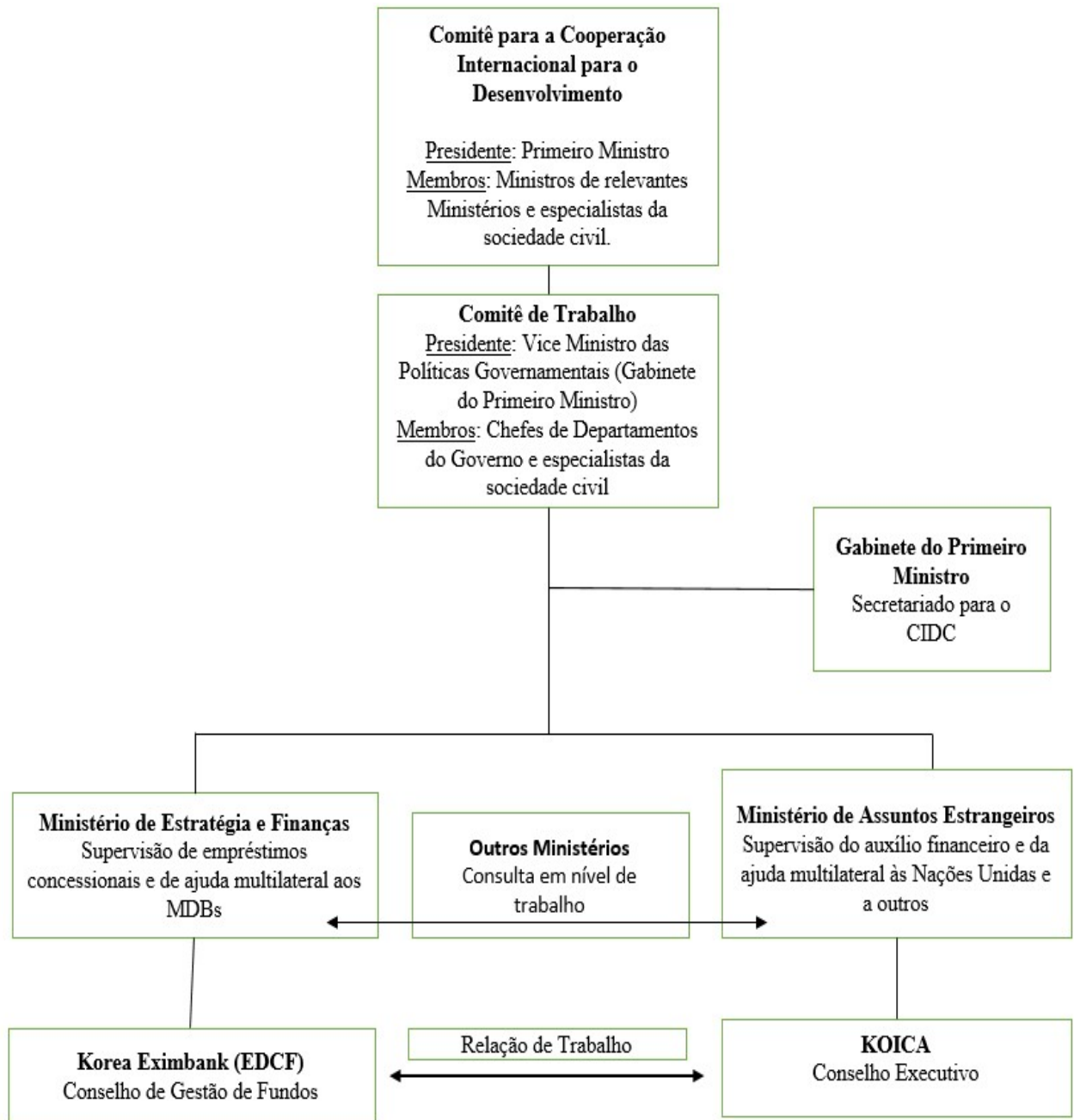
Gráfico 7: AOD Bilateral por região (2006-2015)
(desembolsos líquidos em porcentagem, US\$)



Fonte: ODA Korea, 2018

Atualmente, o marco institucional da AOD da Coreia do Sul consiste de um corpo de coordenação, supervisão dos Ministérios e execução de determinados Ministérios e Agências, como mostrado na figura 2 abaixo. O CIDC (*Committee for International Development Cooperation*), como órgão de coordenação, delibera e decide as políticas globais da AOD para maior coerência política e entrega sistemática de programas de ajuda. MOSF e MOFA, que, respectivamente, supervisionam empréstimos concessionais e subvenções, redigem a política de AOD a médio prazo e o plano de implementação anual, que são finalmente aprovados pelo CIDC. A KOICA e o Eximbank da Coreia implementam concessões de auxílio e empréstimos concessionais, respectivamente, e outros Ministérios também desempenham um papel na entrega da AOD da Coreia, especialmente para auxílio financeiro e cooperação técnica. (KWAK, 2015)

Figura 2 – Estrutura institucional atual da AOD na Coreia do Sul (2018)



Fonte: ODA Korea, 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia explorou o cenário histórico que possibilitou a Coreia do Sul sair do patamar de beneficiária da Assistência Oficial ao Desenvolvimento ao patamar de doadora em um período inferior a 50 anos.

Com o armistício da Guerra da Coreia no ano de 1953, a Coreia do Sul saiu de um sangrento conflito para imergir em um cenário de caos político, econômico e social. Contudo, 47 anos após o armistício, no ano 2000, a Coreia do Sul foi retirada da lista do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico como país beneficiário da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, evoluindo do papel de beneficiária da assistência estrangeira, para o papel de doadora.

Quais foram as principais razões que permitiram a Coreia ter esse desenvolvimento em um curto espaço de tempo? É fato que a Coreia do Sul recebeu um investimento altíssimo de ajuda estrangeira. Entre os anos de 1945 e 1990, o país recebeu aproximadamente US\$ 12,7 bilhões de dólares em AOD. Contudo, limitar seu sucesso a somente cifras numéricas seria demasiado simplista. Vemos no contexto coreano, não só um montante alto de investimento estrangeiro, mas uma correta alocação de recursos advindos das mais diversas modalidades de AOD recebida. E todo o direcionamento frutífero adveio de uma gestão institucionalizada e organizada do governo sul coreano.

O estabelecimento do *Combined Economic Board* (CEB), em 24 de maio de 1952, organização de gestão de ajuda em que os doadores internacionais e o governo sul coreano tomaram decisões chaves em questões relacionadas a gestão de ajuda internacional, foi de extrema relevância para o sucesso sul coreano. Com a criação do CEB, tornou-se possível ao governo do Presidente Rhee SyngMan participar mais ativamente nos processos de decisões na gestão de ajuda internacional.

Ressalta-se, contudo, que a natureza da ajuda internacional na gestão do presidente Rhee teve como foco o alívio humanitário, necessário após uma guerra recém cessada. Somente com o governo do presidente sucessor, Park ChungHee, que a ajuda começou ativamente a ter como foco o desenvolvimento econômico a longo prazo. Assim, somente a partir da década de 1960, a assistência internacional foi deslocada do status de ajuda emergencial para a assistência ao desenvolvimento.

Com uma relativa estabilidade política nos anos de mandato do presidente Park ChungHee (1961-1979), foi possível implementar de forma consistente diversas metas nacionais para a reconstrução econômica. Assim, a partir de 1961, foram desenvolvidos os Planos Quinquenais, projetos de desenvolvimento econômico com metas pontuais em que se almejava uma mudança estrutural a longo prazo. Cada Plano Quinquenal tinha objetivos específicos a serem alcançados, incluindo a reforma da estrutura industrial, mudança na economia, promoção da iniciativa privada, bom funcionamento do livre mercado etc.

Ademais, concomitantemente à evolução dos Planos Quinquenais, a AOD também foi se diversificando em termos de modalidade. Nos primeiros anos após a guerra da Coreia, a principal forma de assistência estrangeira situou-se no recebimento de doações diretas advindas majoritariamente dos Estados Unidos. Já na década de 60, os empréstimos concessionais e outras formas de investimento chegaram a Coreia, diversificando a ajuda internacional. Nas décadas seguintes, houve o aumento de empréstimos setoriais e programas de reajuste visando a reforma da estrutura econômica e industrial em geral.

Dessa forma, vê-se que, com o apoio do governo coreano na ajuda internacional para a requisição de recursos estrangeiros e tecnológicos juntamente com a correta alocação de tais recursos pela organização e sistematização na gestão da ajuda do Estado sul coreano, foi possível tornar-se independente da assistência do Banco Mundial em 1995 e ser excluído da lista do CAD como beneficiária da AOD em 2000.

Ao tratarmos da história da posição de doadora no sistema internacional, vimos que a Coreia do Sul já remonta aos anos 1960. Entretanto, é no final da década de 1980, que vimos o início de uma maior sistematização e organização de instituições para a gestão dessa ajuda como doadora. Estabeleceu-se o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (EDCF) em 1987 com o objetivo de auxiliar os países parceiros, financiando seu desenvolvimento industrial e estabilidade econômica e a KOICA, Agência de Cooperação Internacional da Coreia, em 1991, com o objetivo de supervisionar a concessão de auxílio e cooperação técnica, permitindo uma melhor coordenação de seus programas de AOD de maneira mais efetiva e sistematizada. Ainda na década de 90, a Coreia do Sul aumentou seu papel na sociedade internacional, tornando-se o 29º membro da OCDE no ano de 1996.

Um dos eventos mais significativos a Coreia do Sul como doadora no sistema internacional foi quando se tornou membro oficial do Comitê de Assistência ao

Desenvolvimento (CAD) no dia 25 de novembro de 2009, data que representa um marco para considerá-la um país de desenvolvimento avançado.

Em 2010, estabeleceu-se um limiar crítico da política de AOD da Coreia do Sul com a promulgação de um Decreto Presidencial sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento que forneceu a base legal e a definição de princípios básicos da cooperação internacional para o desenvolvimento da Coreia do Sul. Com sua promulgação foi possível colocar em vigor o *Framework Act for International Development*, que forneceu orientação sobre a política e estratégias da AOD da Coreia, delineando três pontos principais, (1) o plano estratégico, (2) a política da AOD a médio prazo e, (3) o sistema integrado de AOD. Como consequência, nos anos seguintes houve o aumento do orçamento alocado para a AOD, com o aumento progressivo das cifras em ajudas bilaterais e multilaterais realizadas pela Coreia. Segundo a OCDE (2018), no ano de 2017, a Coreia do Sul situou-se como o 15º maior doador de AOD dentre os países pertencentes do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento.

Por fim, com toda a análise histórica do pós-guerra da Coreia, é possível concluir esse estudo chamando atenção para a relação causal que existiu e ainda existe entre o sucesso sul coreano na evolução do status de beneficiária a doadora da AOD no sistema internacional e a institucionalização e sistematização na gestão da ajuda. Inicialmente podemos ver que o recebimento de uma grande quantidade de assistência internacional, primariamente dos Estados Unidos, permitiu a criação de um cenário de alívio humanitário, estabilidade e reabilitação após a guerra, evoluindo para o planejamento do crescimento a longo prazo e equilíbrio financeiro com estabilidade e crescimento. Contudo, foi com a criação de organizações independentes com autoridade para alocar o orçamento do governo e gerenciá-lo, bem como com o compromisso de diversas esferas do governo e instituições de pesquisas que possibilitaram os excelentes resultados adquiridos no curto espaço de tempo após o armistício.

REFERÊNCIAS

BROWN, John S. **The Korean War: The Outbreak**. 2003.

CALLOW, Thomas W. **Nation Building in Korea**. p. 35, 1995.

CHO, LeeJay; KIM, YoonHyung. **Economic development in the Republic of Korea : a policy perspective (Pages 1-40)**. [S.l: s.n.], 1991.

CHUN, HongMin; MUNYI, Elijah N; LEE, Heejin. **South Korea as an emerging donor: Challenges and changes on its entering OECD/DAC**. v. 802, n. January 2009, p. 788–802, 2010.

HAN, SeungHee. **Operation of the Economic Planning Board in the Era of High Economic Growth in Korea 2014**. Seoul, Korea: [s.n.], 2014.

IL SaKong (EDIT.). **Macroeconomic Policy and Industrial Development Issues**. Seoul, Korea. 1987.

KIM, EunMee; KIM, PilHo; KIM, JinKyung. **From development to development cooperation : foreign aid , country ownership , and the developmental state in South Korea**. v. 26, n. 3, p. 313–336, 2013.

KWAK, SunGil. **South Korea ' s Development Assistance and Economic Outreach Toward Southeast Asia**. Joint U.S. Korea Academic Studies 2015, p. 153–179, 2015.

LEE, HoChul. **Korea's Efforts In Official Development Assistance**. n. 54, 1997.

LIM, EunMie. **Evolution of Korea's ODA Policy**. p. 15–23, 2015.

MARX Axel; SOARES, Jadir; **South Korea ' s Transition from Recipient to DAC Donor : Assessing Korea ' s Development Cooperation Policy**. International Development Policy, p. 20, 2013.

OCDE. **Development aid stable in 2017 with more sent to poorest countries**, 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/development/financing-sustainable-development/development-finance-data/ODA-2017-detailed-summary.pdf> Acesso em Junho de 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Discurso inaugural do presidente dos EUA Harry S. Truman em inglês. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/truman.asp. Acesso em junho de 2018.

GRÁFICOS

Gráfico 1: Produto Interno Bruto (PIB) da Coreia do Sul (US\$)

WORLD BANK, 2018. Dados disponíveis em: <https://data.worldbank.org/country/korea-rep>

Gráfico 2: Expectativa de vida ao nascer, total em número de anos, Coreia do Sul

WORLD BANK, 2018. Dados disponíveis em: <https://data.worldbank.org/country/korea-rep>

Gráfico 3: Montante de Assistência recebida pela Coreia do Sul (em US\$ 1 milhão)

ODA KOREA, 2018. Dados disponíveis em: <http://www.odakorea.go.kr/eng.overview.History.do>

Gráfico 4: Valores Líquidos da AOD em % do Rendimento Nacional Bruto (RNB) da Coreia do Sul entre 1987 e 2017

OECD, 2018. Dados disponíveis em: <https://data.oecd.org/oda/net-oda.htm>

Gráfico 5: Alocação da AOD Bilateral da Coreia do Sul, 2009

ODA KOREA, 2018. Dados disponíveis em: <http://www.odakorea.go.kr/eng.result.Sector.do>

Gráfico 6: AOD da Coreia do Sul por tipo de ajuda (2010 a 2015) (Desembolsos líquidos, em US\$ milhões)

ODA KOREA, 2018. Dados disponíveis em: <http://www.odakorea.go.kr/eng.result.Overview.do>

Gráfico 7: AOD Bilateral por região (2006-2015) (desembolsos líquidos em porcentagem, US\$)

ODA KOREA, 2018. Dados disponíveis em:
<http://www.odakorea.go.kr/eng.result.Overview.do>

FIGURAS

Figura 1: Mapa da Península Coreana

BROWN, John S. **The Korean War: The Outbreak**. Página 4. 2003.

Figura 2: Estrutura institucional atual da AOD na Coreia do Sul (2018)

ODA KOREA, 2018. Disponível em: <http://www.odakorea.go.kr/eng.overview.History.do>

TABELA

Tabela 1: História da AOD da Coréia: mudanças na natureza da assistência

ODA KOREA, 2018. Dados disponíveis em:
<http://www.odakorea.go.kr/eng.overview.History.do>